Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

PAUTA
PARA A 31ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 04 DE AGOSTO DE 2020

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 14, de 2020, de autoria do deputado Campos Machado. Acrescenta o Título XIV - Da Realização de Atividades Parlamentares em Ambiente Virtual, no Contexto da Pandemia Provocada pelo Novo Coronavírus (COVID-19) à Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970 - Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

2 - Projeto de lei nº 492, de 2020, de autoria do deputado Bruno Ganem. Obriga os condomínios residenciais e comerciais localizados no Estado a comunicar aos órgãos de segurança pública a ocorrência de casos de maus-tratos a animais.

3 - Projeto de lei nº 493, de 2020, de autoria do deputado Bruno Ganem. Veda às instituições financeiras a cobrança de parcelas de vans escolares financiadas enquanto as aulas presenciais nas instituições de ensino estiverem suspensas.

4 - Projeto de lei nº 494, de 2020, de autoria do deputado Coronel Telhada. Insere os §§ 1º e 2º ao Artigo 21 da Lei nº 10.705, de 28 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD.

5 - Projeto de lei nº 495, de 2020, de autoria do deputado Frederico d'Avila. Torna obrigatória a informação sobre emissão de gases de efeito estufa (GEE) pelos combustíveis nos postos revendedores do Estado.

6 - Projeto de lei nº 496, de 2020, de autoria do deputado Marcio Nakashima. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Guarulhos.

7 - Projeto de lei nº 497, de 2020, de autoria da deputada Monica da Bancada Ativista. Cancela o ano letivo de 2020 para todos os períodos de ensino Fundamental e Médio na rede pública estadual de educação.

8 - Moção nº 131, de 2020, de autoria do deputado Bruno Ganem. Apela às instituições financeiras para que não realizem qualquer forma de cobrança de parcelas referentes a financiamentos de vans escolares enquanto as aulas presenciais estiverem suspensas no Estado, adiando as parcelas que tiverem vencido durante tal suspensão para o fim dos contratos, sem a imposição de multa, juros e correção monetária sobre este período.

9 - Moção nº 132, de 2020, de autoria do deputado Frederico d'Avila. Repudia veementemente a reportagem intitulada "Masturbação infantil e brincadeiras sexuais são normais entre crianças", consistente em publicação veiculada na página do site UOL, na data de 20 de julho de 2018, pelo conteúdo impróprio e imoral.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 491, de 2020, de autoria da deputada Analice Fernandes. Denomina "Gilmar Moreira de Sousa" a passarela localizada no km 546,500 da Rodovia Feliciano Sales Cunha - SP 310, em General Salgado.

2 - Moção nº 129, de 2020, de autoria do deputado Campos Machado. Protesta veementemente ao Sr. Governador do Estado, João Doria, contra a reabertura de creches, escolas e universidades públicas e privadas no Estado, no mês de setembro, o que poderia representar um risco de aumento no contágio pela Covid-19 para estudantes, professores e profissionais que atuam nas escolas, e para a população em geral.

3 - Moção nº 130, de 2020, de autoria da deputada Leticia Aguiar. Apela ao Sr. Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, para que a Portaria Federal nº 321, de 26 de maio de 1988, do Ministério da Saúde, que estabelece normas e padrões mínimos para a construção, instalação e funcionamento de creches e Educação Infantil em todo o território nacional, seja revisada em parceira com as esferas municipal e estadual.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 486, de 2020, de autoria da deputada Professora Bebel. Fixa diretrizes para normatização da relação de trabalho entre os educadores da educação infantil ocupantes de cargos ou empregos públicos de qualquer

denominação e o Estado e seus municípios.

2 - Projeto de lei nº 487, de 2020, de autoria da deputada Professora Bebel e outros. Institui procedimentos a serem observados nas escolas e universidades públicas e privadas no Estado para que haja o retorno das aulas presencias, finda a quarentena havida em virtude da infecção causada pelo novo coronavírus.

3 - Projeto de lei nº 488, de 2020, de autoria do deputado Marcio Nakashima. Classifica como de Interesse Turístico o Município de Caieiras.

4 - Projeto de lei nº 489, de 2020, de autoria do deputado Rafael Silva. Declara de utilidade pública a entidade assistencial DAREVI - Descalvado Ajudando na Recuperação da Vida, com sede naquele Município.

5 - Projeto de lei nº 490, de 2020, de autoria da deputada Monica da Bancada Ativista. Regulamenta a prestação do Serviço de Entrega Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Estado.

6 - Moção nº 128, de 2020, de autoria da deputada Delegada Graciela. Aplaude a Professora Rita Marta Mozetti Silva, da Escola Estadual Adalgisa de São José Gualtiéri, em Franca, pelo Prêmio Educador Nota 10, maior e mais importante prêmio da Educação Básica Brasileira.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 18, de 2020, de autoria do deputado Gil Diniz. Dá nova redação ao inciso IV do artigo 242 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

2 - Projeto de lei Complementar nº 19, de 2020, de autoria do deputado Major Mecca. Altera a Lei Complementar nº 1.245, de 27 de junho de 2014, que institui a Bonificação por Resultados - BR aos integrantes das Polícias Civil, Técnico-Científica e Militar.

3 - Projeto de lei nº 484, de 2020, de autoria do deputado Major Mecca. Denomina "Estrada Vicinal da Aeronáutica" a via pública SPA 050/270, que tem início nas proximidades do km 51 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270 e término na portaria do Destacamento de Controle do Espaço Aéreo DTCEA-SRO, em São Roque.

4 - Projeto de lei nº 485, de 2020, de autoria do deputado Major Mecca. Institui o Programa de Apoio ao Funcionário Público que se tornou Pessoa com Deficiência.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

3ª Sessão

Projeto de decreto legislativo nº 24, de 2019, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado prolatada no processo TC-42907/026/10, que julgou regulares os termos aditivos e modificativos do Contrato celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado - DER e a empresa S.O. Pontes Engenharia Ltda.